

Quadro 1 – Componentes e Princípios avaliados

Componente	Princípios do COSO/2013	Normativos	O que foi observado	Dimensões Analisadas
Ambiente de controle	Comprometimento com a integridade e os valores éticos.	Código de Ética (Decreto nº 1171/94 do Executivo Federal) e a Lei nº 8112.	Realização de treinamentos específicos, avaliação e punição dos desvios quando ocorrem.	Conformidade
	Independência da governança em relação aos seus executivos e se supervisiona o desenvolvimento e o desempenho do controle interno.	Lei nº 8666/93 e normativos internos que orientam a segregação de funções.	No que se refere processo de fiscalização exercido pelos fiscais de contrato, quais critérios, padrões e requisitos mínimos de qualidade dos relatórios ou de atuação?	Conformidade e Resultado
	Estruturas, os níveis de subordinação e as autoridades e responsabilidades adequadas na busca dos objetivos.	Normativos internos/ regimento e normas operacionais	A Estrutura de governança está definida em normativos com delegação de responsabilidades?	Conformidade e Resultado
	Atração, desenvolvimento e retenção de talentos competentes, em linha com seus objetivos.	Normativos internos/ regimento e normas operacionais	Há boa política de capacitação e busca de melhorias no clima organizacional?	Resultado
	Pessoas assumem responsabilidade por suas funções de controle interno na busca pelos objetivos.	IN MP CGU nº 01/2016	Há casos de não cumprimento do prazo? É possível identificar os responsáveis pelo descumprimento do prazo?	Conformidade e Resultado
Avaliação de riscos	A organização especifica os objetivos com clareza suficiente, a fim de permitir a identificação e a avaliação dos riscos associados aos objetivos.	Art. 31 da IN nº 2 de 2008/MPOG	Possui planejamento estratégico bem estruturado e claramente definido? Foram identificados indicadores ou metas de desempenho e há incentivos formais para o alcance dos objetivos?	Conformidade e Resultado
	A organização identifica os riscos à realização de seus objetivos por toda a entidade e analisa os riscos como uma base para determinar a forma como devem ser gerenciados.	IN MP CGU nº 01/2016	Existem controles internos nos principais procedimentos? Os riscos foram identificados e analisados, facilitando o tratamento adequado do risco a cada evento?	Conformidade e Resultado
	A organização considera o potencial para fraude na avaliação dos riscos à realização.	Lei nº 8112/90, Lei nº 8666/93, IN nº 02/2008	Os riscos específicos de fraudes não são avaliados formalmente?	Conformidade e Resultado
	A organização identifica e avalia as mudanças que podem afetar, de forma significativa, o sistema de controle interno.	IN MP CGU nº 01/2016	Rotatividade da equipe. Normativos externos têm impacto sobre os procedimentos e controles internos?	Resultado

Atividades em controle	A organização seleciona e desenvolve atividades de controle para a redução, a níveis aceitáveis, dos riscos à realização dos objetivos.	IN MP CGU n° 01/2016	Foram estabelecidos controles voltados para os prazos e fiscalização de contratos?	Conformidade e Resultado
	A organização seleciona e desenvolve atividades de controle gerais sobre a tecnologia para apoiar a realização dos objetivos.	IN MP CGU n° 01/2016	A área tem suporte dos sistemas estruturantes do governo federal? Recursos para gerenciamento das informações? Controles: perda de informações da planilha, entradas ou atualizações indevidas, acesso não autorizado?	Resultado e divulgação
	A organização estabelece atividades de controle por meio de políticas que estabelecem o que é esperado e os procedimentos que colocam em prática essas políticas	IN MP CGU n° 01/2016	Há supervisão e treinamento para os fiscais de contrato? Os procedimentos ou relatórios estão padronizados?	Conformidade, resultado e divulgação
Informação e Comunicação	A organização obtém ou gera e utiliza informações significativas e de qualidade para apoiar o funcionamento do controle interno.	IN MP CGU n° 01/2016	Há reuniões periódicas, mecanismos de transmissão e segurança da informação? Os sistemas estruturantes têm confiabilidade?	Resultado e divulgação
	A organização transmite internamente as informações necessárias para apoiar o funcionamento do controle interno.	IN MP CGU n° 01/2016	Há reuniões periódicas?	Resultado e divulgação
	A organização comunica-se com os públicos externos sobre assuntos que afetam o funcionamento do controle interno.	Lei n° 12.527/2011	Comunicação externa: informações de contratos; penalizações; relatório de gestão; publicação dos aditivos e do extrato do contrato no DOU; e, a publicação dos contratos no sitio da instituição?	Divulgação
Monitoramento	A organização seleciona, desenvolve e realiza avaliações contínuas e/ou independentes para se certificar da presença e do funcionamento dos componentes do controle interno.	IN MP CGU n° 01/2016	A Auditoria Interna faz avaliações periódicas de forma independente na área de Licitações e Contratos? A gerência demonstra conhecimento dos controles monitorando e alertando periodicamente a equipe?	Resultado e divulgação
	A organização avalia e comunica deficiências no controle interno em tempo hábil aos responsáveis por tomar ações corretivas.	IN MP CGU n° 01/2016	Os relatórios de auditoria são comunicados aos gestores? Os fiscais de contrato emitem relatórios que apontam falhas ou deficiências?	Resultado e divulgação